

Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016 e de 2015



Société Générale S.A. Corretora de Câmbio,
Títulos e Valores Mobiliários



Índice

Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	> 5
Relatório da Diretoria	> 6
Ativo	> 7
Passivo	> 8
Demonstrações do Resultado	> 9
Demonstrações das Mutações	> 10
Fluxo de Caixa	> 11
Notas Explicativas	> 12
Relatório dos Auditores Independentes	> 17



Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados Acionistas:

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 da Société Générale S.A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, juntamente com o relatório dos auditores independentes.

A DIRETORIA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO				
		Nota explicativa	2016	2015
CIRCULANTE			48	5.095
Disponibilidades.....	4		28	4
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5		-	5.091
Aplicações em depósitos interfinanceiros			-	5.091
Outros créditos			20	-
Diversos	6.a		20	-
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			101.933	15.060
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5		5.701	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros			5.701	-
Outros créditos			96.232	15.060
Diversos	6.a		96.232	15.060
PERMANENTE			1	1
Investimentos.....			1	1
Outros investimentos			1	1
TOTAL DO ATIVO			101.982	20.156

BALANÇOS PATRIMONIAIS

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO				
		Nota explicativa	2016	2015
CIRCULANTE			118	534
Outras obrigações			118	534
Fiscais e previdenciárias	6.b		35	430
Diversas	6.c		83	104
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			11.182	1.359
Outras obrigações			11.182	1.359
Fiscais e previdenciárias	6.b		11.182	1.359
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9		90.682	18.263
Capital social			90.415	15.415
Reserva legal			803	803
Reservas especiais de lucros			-	2.045
Prejuízos acumulados			(536)	-
TOTAL DO PASSIVO			101.982	20.156

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto o lucro/(prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2º Semestre	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		515	832	766
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		515	832	766
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		515	832	766
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		2.352	(5.520)	170
Outras despesas administrativas	11	(291)	(549)	(513)
Despesas tributárias		(101)	(237)	(225)
Outras receitas operacionais	12a	2.910	3.510	1.015
Outras despesas operacionais	12b	(166)	(824)	(107)
RESULTADO OPERACIONAL		2.867	(4.688)	936
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		2.867	(4.688)	936
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7	(1.286)	2.107	(319)
Provisão para imposto de renda corrente		(13)	(13)	(245)
Provisão para contribuição social corrente		(18)	(18)	(184)
Ativo/Passivo fiscal diferido		(1.255)	2.138	110
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS		1.581	(2.581)	617
LUCRO/(PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		16,96	(27,68)	38,78

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	<u>15.415</u>	<u>772</u>	<u>1.459</u>	-	<u>17.646</u>
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	617	617
Realização:					
Reserva legal	-	31	-	(31)	-
Reserva de lucros	-	-	586	(586)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u>15.415</u>	<u>803</u>	<u>2.045</u>	-	<u>18.263</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u>15.415</u>	<u>803</u>	<u>2.045</u>	-	<u>18.263</u>
Aumento de capital - AGE de 26 de agosto de 2016.....	75.000	-	-	-	75.000
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	(2.581)	(2.581)
Realização:					
Reserva de lucros	-	-	(2.045)	2.045	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>90.415</u>	<u>803</u>	-	<u>(536)</u>	<u>90.682</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016.....	<u>15.415</u>	<u>803</u>	-	<u>(2.117)</u>	<u>14.101</u>
Aumento de capital - AGE de 26 de agosto de 2016.....	75.000	-	-	-	75.000
Lucro líquido do semestre	-	-	-	1.581	1.581
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>90.415</u>	<u>803</u>	-	<u>(536)</u>	<u>90.682</u>

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2º semestre	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro/(prejuízo) líquido do semestre/exercícios.....		1.581	(2.581)	617
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		(2.745)	1.340	(1.018)
Constituição/atualização de provisão para riscos		165	8.243	107
Impostos diferidos		-	(3.393)	(110)
Atualização de depósitos judiciais		(2.910)	(3.510)	(1.015)
Lucro líquido ajustado.....		(1.164)	(1.241)	(401)
Variação de ativos e obrigações.....		(73.825)	(78.826)	(2.636)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez.....		(752)	(5.701)	-
Aumento em outros créditos		(74.419)	(74.018)	(2.666)
Aumento em outras obrigações.....		1.346	893	30
Caixa líquido investido nas atividades operacionais.....		(74.989)	(80.067)	(3.037)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	9 (a)	75.000	75.000	-
Caixa líquido oriundos das atividades de financiamento		75.000	75.000	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE/EXERCÍCIO.....		11	(5.067)	(3.037)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS.....		17	5.095	8.132
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	4	28	28	5.095

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

■ 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") tem por objeto social exercer a intermediação em operações de câmbio, operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, negociar e distribuir títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e realizar operações compromissadas, bem como administrar fundos de investimento e carteira de títulos e valores mobiliários. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A. O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Banco, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Os riscos monitorados são risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional e risco de capital. As unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO CGCRLMG, que se reúne mensalmente.

■ 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Corretora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
- b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
- c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09;
- d) CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11;
- e) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;
- f) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11;
- g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução Bacen nº 3.823/09; h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução Bacen nº 4.144/12. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 17 de fevereiro de 2017.

■ 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) **Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia" para aquelas de natureza financeira.
- b) **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.
- d) **Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitos a variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado.
- e) **Investimentos** - São representados por ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação da Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP em Sociedade Anônima, registradas ao valor de custo.
- f) **Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios os seguintes:
 - Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
 - Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 - Passivos contingentes - Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;
 - Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos ou contribuições. Os montantes discutidos, independentemente de avaliação de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente.
 - Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para riscos, em atendimento as normas do Bacen.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

g) **Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social oriundos de diferenças temporárias são constituídos de acordo com as premissas estabelecidas na Resolução nº 3.059 do BACEN.

h) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros** - Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seus valores. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não houve indícios de redução no valor recuperável dos ativos não monetários.

i) **Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros e (ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

j) **Lucro/(prejuízo) por ação** - A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro/(prejuízo) líquido do período pela quantidade total de ações.

■ 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Disponibilidades.....	28	4
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	5.091
Total	28	5.095

■ 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros, de longo prazo, mantidos com o controlador Banco Société Générale Brasil S.A., com vencimento para 31 de agosto de 2018 no montante de R\$ 5.701 (R\$ 5.091 em 2015).

■ 6. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos

	2016	2015
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 7.e)	4.350	633
Devedores por depósitos em garantia (nota explicativa nº 8.b)	91.876	14.021
Impostos e contribuições a compensar	26	406
Total	96.252	15.060
Curto prazo	20	-
Longo prazo	96.232	15.060
Total	96.252	15.060

b) Outras obrigações – fiscais e previdenciárias

	2016	2015
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	31	422
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 7.d)	1.580	-
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 8.a)	9.603	1.359
Outros	3	8
Total	11.217	1.789
Curto prazo	35	430
Longo prazo	11.182	1.359
Total	11.217	1.789

c) Outras obrigações - diversas

	2016	2015
Provisão para despesas de publicação	30	25
Provisão para pagamentos a fornecedores	2	45
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 10)	17	13
Provisão para despesas de auditoria	34	21
Total	83	104
Curto prazo	83	104
Total	83	104

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

■ 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.688)	936	(4.688)	936
Alíquota vigente	25%	25%	20%(*)	15%(*)
Expectativa de receita/(despesa) de imposto de renda e da contribuição social, de acordo com as alíquotas Vigentes	1.172	(234)	938	(140)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Despesas com entidades de classe	(6)	(7)	(5)	(4)
Outras despesas não dedutíveis	8	26	-	(5)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias:				
Provisão para riscos fiscais	(2.061)	(27)	(1.649)	(16)
Provisão para publicação de balanço	(1)	-	(1)	-
Exclusão de receitas com atualização de depósitos judiciais	878	-	702	-
Outras diferenças temporárias	(3)	2	(3)	1
Efeito majoração de alíquota da CSLL para 20%(*)	-	-	-	(18)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(13)	(240)	(18)	(182)
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	1.188	24	950	86
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros períodos	-	(5)	-	(2)
Total de despesa de imposto de renda e contribuição social	1.175	(221)	932	(98)

(*) Em outubro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.169/15, que elevou a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de Dezembro de 2018.

b) Composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos

	2016	2015
Ativo		
Base de cálculo		
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Provisão para Riscos Fiscais	9.603	1.359
Outras provisões - diversas	64	45
Total	9.667	1.404
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	45%	45%
Crédito tributário classificado em outros créditos – diversos (nota explicativa nº 6 a)	4.350	633

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias.

	2016			2015		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição Social	Total
Saldo inicial	351	282	633	327	196	523
Constituição de ativo fiscal diferido	2.065	1.652	3.717	24	86	110
Saldo final	2.416	1.934	4.350	351	282	633

d) Movimentação do imposto de renda diferido

	2016	2015
Saldo inicial	-	-
Receitas com atualização de depósitos judiciais	1.579	-
Saldo final (*)	1.579	-

(*) Nota explicativa nº 6 b)

e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais é calculado sejam realizadas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização está apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros:

	2016	2015
	Valor contábil	
	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
Ano		
2016	-	20
2017	29	-
2018	4.321	613
Total	4.350	633

Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente de créditos tributários, calculados considerando a taxa de Depósito Interfinanceiro, totalizava R\$ 3.537 (R\$ 404 em 2015).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

■ 8. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Corretora é parte em vários processos de natureza fiscal, para os quais foram contabilizadas provisões para riscos, conforme critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN. As provisões são constituídas com base nos processos classificados com risco de perda provável. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não foram reconhecidos ativos contingentes.

a) A movimentação das provisões passivas

	Riscos Fiscais	
	2016	2015
Saldo inicial.....	1.359	1.252
Constituição (nota explicativa nº 12 b)	8.003	-
Atualização (nota explicativa nº 12 b).....	241	107
Saldo final.....	<u>9.603</u>	<u>1.359</u>

b) O detalhamento dos riscos fiscais por probabilidade de perda

Probabilidade de perda	2016		2015	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e				
Obrigações legais (i)	9.603	9.603	1.359	1.359
Perdas possíveis (ii)	103.530	-	32.765	-
Perdas remotas	174	-	80.866	-
Total	<u>113.307</u>	<u>9.603</u>	<u>114.990</u>	<u>1.359</u>
Depósitos Judiciais(*)		<u>91.876</u>		<u>14.021</u>

(*) Nota explicativa nº 6 a.

(i) Perdas Prováveis e obrigações legais - Referem-se à provisão para obrigação legal referente a questionamentos relacionados à ampliação da base de cálculo de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para Financiamento de Seguridade Social - COFINS (Lei 9.718/98) no montante de R\$ 1.475 (R\$ 1.359 em 2015) e processo de imposto de renda e contribuição social sobre day-trade no montante de R\$ 8.128 (R\$ 7.917 em 2015).

(ii) Perdas Possíveis - Referem-se ao auto de infração recebido em novembro de 2012 referente a cobrança de IR e CS de desmutualização da Bovespa no montante de R\$ 16.249 (R\$ 15.008 em 2015) sendo que há depósito judicial de R\$ 10.176 (R\$ 9.461 em 2015), incluído no valor demonstrado na nota explicativa nº 6.a. E ao processo que discute os débitos de IRPJ e CSLL oriundos de suposta diferença entre preço de venda das ações da BOVESPA e o preço arbitrado pela Receita Federal, no montante de R\$ 76.641 (R\$ 80.304 em 2015). Em fevereiro de 2015 a Corretora aderiu ao programa de anistia fiscal, instituído pelo artigo 42 da Lei nº 13.043/14, com redação dada pelo artigo 145 da Lei nº 13.097/15 e Portaria PGFN/RFB nº 148, de 26/01/2015. Em agosto de 2016 a Receita Federal indeferiu a adesão a anistia fiscal e a Corretora efetuou depósito judicial de R\$ 74.343. O prognóstico da ação passou de remoto para possível.

■ 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social** - O capital social em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 90.415 (R\$ 15.415 em 2015), representado por 46.616.240 ações ordinárias com direito a voto (7.956.446 em 2015) e 46.616.240 ações preferenciais sem direito a voto (7.956.446 em 2015), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do capital. Conforme deliberado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de agosto de 2016, foi aprovada a proposta de aumento de capital social no montante de R\$ 75.000, passando o capital de R\$ 15.415 para R\$ 90.415, mediante a emissão de novas ações pelo preço de R\$ 0,97 por ação, sendo 38.659.794 ações ordinárias com direito a voto e 38.659.794 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 29 de agosto de 2016.

b) **Dividendos** - Conforme previsto no estatuto da Corretora, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido anual. Conforme deliberado pela administração.

c) **Reserva Legal** - A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, conforme estabelecido no estatuto da Corretora.

d) **Reserva de Lucros** - Em 31 de dezembro de 2016 foi apurado prejuízo, e o saldo da conta de Reserva de Lucros foi transferido integralmente para conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

■ 10. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As transações com o Banco controlador decorrem de operações que apresentam os seguintes saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	Banco Société Générale Brasil S.A.			
	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2016	2015	2016	2015
Depósitos bancários	28	4		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.701	5.091	744	766
Outras obrigações - diversas (notas explicativas nº 6.c e 11)	(17)	(13)	(184)	(156)
Total	<u>5.712</u>	<u>5.082</u>	<u>560</u>	<u>610</u>

■ 11. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre	2016	2015
Despesas de serviços técnicos especializados	96	100	6
Despesas de processamento de dados	9	48	179
Despesas de serviços do sistema financeiro	-	10	6
Despesas de aluguéis	18	36	36
Despesas de comunicações	15	78	-
Despesas de contribuições filantrópicas	-	-	54
Despesas de publicações	20	39	28
Despesas com auditoria	41	66	60
Despesas de serviços administrativos prestados (*)	84	148	120
Outras	8	24	24
Total	<u>291</u>	<u>549</u>	<u>513</u>

(*) Nota explicativa nº 10

■ 12. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	2º semestre	2016	2015
Atualização de depósitos judiciais	2.910	3.510	1.015
Total	<u>2.910</u>	<u>3.510</u>	<u>1.015</u>

b) Outras despesas operacionais

	2º semestre	2016	2015
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 8.a)	-	8.003	-
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 8.a)	166	241	107
Total	<u>166</u>	<u>8.244</u>	<u>107</u>

DIRETORIA

CONTADOR:

Leandro dos Santos
CRC - SP 262040/O-6

Aos

Acionistas e aos Administradores da

Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A Administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são

aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2017.



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Flávio Serpejante Peppe

Contador CRC- 1SP172167/O-6